

ACM aponta as mazelas do Judiciário

DENISE ROTHENBURG e TALES FARIA

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O gabinete do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) transformou-se numa central de denúncias contra o Judiciário. Ele recebe cartas de todo o Brasil denunciando atrasos no julgamento de processos, nepotismo em tribunais e até desvio de dinheiro público. As denúncias, arquivadas em 15 pastas — dez para os casos mais escabrosos — passam de 1.500:

— Algumas são de deixar qualquer um de boca aberta — diz o senador.

Entre os documentos, há um sobre um processo de desapropriação que se arrasta desde a Segunda Guerra Mundial, que terminou há 50 anos. Trata-se da desapropriação de uma fazenda em Vitória onde hoje está localizado o bairro do Aeroporto. A Aeronáutica desapropriou o terreno em nome da segurança nacional e hoje, segundo a carta recebida pelo senador baiano, a maior parte do terreno foi arrendada para a construção civil, sendo irrisório o valor recebido pelos antigos proprietários.

Outra carta, do Rio e com tarja "confidencial", acusa o presidente do Tribunal de Justiça do estado, José Lisboa da Gama Malcher, de ter nomeado sem concurso Carlos Eduardo Lima Menna Barreto para o cargo de diretor da Secretaria do Conselho de Magistratura. Gama Malcher nega a denúncia. Menna Barreto, segundo a carta, é filho do desembargador João de Deus Lacerda Menna Barreto. O autor diz que Menna Barreto é médico cardiologista, "sem experiência em direito", e recebe R\$ 2.200 mensais do tribunal.

"Dos 70 desembargadores, apenas três não praticam nepotismo. O esquema é o seguinte: um desembargador nomeia o filho para ficar lotado no gabinete de outro, sem chamar a atenção. E vice-versa. Assim, sai no Diário Oficial e passa despercebido", escreve o autor da denúncia.



O senador Antônio Carlos Magalhães mostra algumas das 15 pastas onde arquivia mais de 1.500 denúncias

Ele critica também a cessão de dois carros oficiais de luxo para cada desembargador, com motoristas:

"Para não chamar a atenção, pois fazem serviço domiciliar, mandam colocar chapas amarelas — frias — como se fossem carros particulares. E cada carro tem uma quota de 300 litros de gasolina semanal, tudo pago pelo Tribunal de Justiça".

As denúncias de morosidade são muitas: há um proprietário de imóvel em Salvador que diz esperar há 12 anos o julgamento de uma ação renovatória de aluguel movida por um inquilino; um processo trabalhista em Brasília que aguarda 23 anos para ser julgado; um presidiário há dois anos na expectativa de cumprir o restante de sua pena no regime semi-aberto, ao mesmo tempo em que já viu colegas mais abastados ganharem esse direito sem fazer jus a ele.